

LUPA NEWS

Crise na Tazetta Resources coloca em debate decisões judiciais e gestão transitória



• Um requerimento de 30 de Junho, em posse da Lupa News, revela que o juiz Júlio José Elias, inicialmente designado para presidir à Assembleia Geral da Tazetta Resources, recusou assumir a função por considerar não dispor dos elementos essenciais para o efeito, incluindo os estatutos, contratos sociais e demais instrumentos reguladores da sociedade. No documento submetido ao Tribunal Judicial da Província da Zambézia, o magistrado levanta dúvidas sobre a fundamentação apresentada para a escolha de uma pessoa externa à sociedade, defendendo que a lei privilegia a designação de um dos sócios para presidir à Assembleia Geral. As posições expressas no requerimento acrescentam novos elementos ao debate em torno do processo judicial que culminou na indicação de Carlos Martins, antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, para liderar a gestão transitória da Tazetta Resources. Enquanto isso, o jornalista e comentador Salomão Moyana considera que Carlos Martins deve recusar a missão para evitar ver o seu nome associado a uma disputa societária cada vez mais controversa.



Xinavane sob investigação

O último minuto de Narciso Sambo



Literatura moçambicana além-fronteiras

Escritor moçambicano Sérgio Raimundo seleccionado para bolsa de criação literária em Macau

Crise na Tazetta Resources coloca em debate decisões judiciais e gestão transitória

Salomão Moyana apela Carlos Martins a **declinar convite enquanto documentos judiciais** levantam novas questões sobre o processo

Um requerimento de 30 de Junho, em posse da Lupa News, revela que o juiz Júlio José Elias, inicialmente designado para presidir à Assembleia Geral da Tazetta Resources, recusou assumir a função por considerar não dispor dos elementos essenciais para o efeito, incluindo os estatutos, contratos sociais e demais instrumentos reguladores da sociedade. No documento submetido ao Tribunal Judicial da Província da Zambézia, o magistrado levanta dúvidas sobre a fundamentação apresentada para a escolha de uma pessoa externa à sociedade, defendendo que a lei privilegia a designação de um dos sócios para presidir à Assembleia Geral. As posições expressas no requerimento acrescentam novos elementos ao debate em torno do processo judicial que culminou na indicação de Carlos Martins, antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, para liderar a gestão transitória da Tazetta Resources. Enquanto isso, o jornalista e comentador Salomão Moyana considera que Carlos Martins deve recusar a missão para evitar ver o seu nome associado a uma disputa societária cada vez mais controversa.

Texto: Nelson Marqueza

A crise instalada na Tazetta Resources, uma das maiores empresas da província da Zambézia e principal operadora das areias pesadas de Pebane, ganhou uma nova dimensão pública após Salomão Moyana lançar um apelo directo ao antigo Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique para que decline do convite para liderar a administração transitória da empresa. A posição foi manifestada durante uma intervenção televisiva na MBC, na qual Moyana classificou como “estranhas” as decisões judiciais que conduziram ao afastamento da anterior gestão e à indicação



de uma nova estrutura administrativa por determinação do Tribunal Judicial da Zambézia. Segundo o comentador, o processo teve origem num pedido apresentado por um dos accionistas da empresa, que pretendia apenas a convocação de uma Assembleia Geral para deliberar sobre a eleição de novos órgãos sociais. Contudo, segundo Moyana, em vez de limitar-se à apreciação do pedido apresentado, o juiz Celso Alexandre determinou a cessação da administração existente e indicou uma comissão de gestão transitória, tendo Carlos Martins como nome apontado para a liderança. “Se fosse pela minha opinião, o doutor Carlos Martins nem iria para esse tipo de controvérsia”, afirmou Moyana, advertindo que a aceitação da função poderá afectar a reputação de uma figura amplamente respeitada na sociedade moçambicana. Para o comentador, o antigo Bastonário construiu um percurso de reconhecido mé-

rito no campo jurídico e institucional, mas corre o risco de ver o seu nome associado a uma disputa societária cuja legalidade e fundamentação continuam a gerar debate. “Não vamos pegar numa pessoa de bem e colocá-la numa polémica desta natureza”, advertiu. Moyana foi particularmente crítico ao avaliar os impactos das decisões judiciais. “Mais de mil pessoas estão neste momento com as suas vidas paralisadas”, afirmou, defendendo que a situação exige uma análise urgente das autoridades competentes.

Apelo ao Conselho Superior da Magistratura Judicial

Além do apelo dirigido a Carlos Martins, o comentador instou o Conselho Superior da Magistratura Judicial a analisar cuidadosamente a actuação do juiz Celso Alexandre. Na sua perspectiva, é necessário verificar se as decisões tomadas encontram pleno enquadramento legal ou se resultaram de

interpretações susceptíveis de afectar a previsibilidade e a confiança dos agentes económicos. A preocupação ultrapassa a Tazetta Resources. Para diversos observadores, o caso começa a assumir contornos de um teste à forma como os tribunais intervêm em conflitos societários envolvendo empresas privadas de grande dimensão. O equilíbrio entre a defesa dos direitos dos accionistas e a preservação da estabilidade empresarial surge agora como uma das questões centrais do debate.

Magistrado recusou presidir Assembleia Geral e apontou limitações processuais

As preocupações levantadas por Salomão Moyana ganham novos contornos após a análise de documentos judiciais consultados pela Lupa News. Um dos episódios mais significativos envolve o juiz Júlio José Elias, da Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial da Província da Zambézia, que

recusou formalmente assumir a presidência da Assembleia Geral da Tazetta Resources para a qual havia sido indicado. No requerimento submetido ao tribunal, o magistrado não só declinou a indicação como solicitou que fosse designado um dos sócios para presidir à Assembleia Geral, argumentando que a legislação aplicável privilegia essa solução. No documento, Júlio José Elias recorda que, da interpretação do n.º 3 do artigo 1486 do Código de Processo Civil, resulta que, em caso de deferimento de um pedido de convocação de Assembleia Geral, o juiz deve designar um dos sócios para presidir ao encontro. Segundo o magistrado, a nomeação de uma pessoa externa à sociedade apenas deve ocorrer quando existam razões fortes que justifiquem essa escolha, devendo tais fundamentos constar da decisão judicial. “A sentença da qual o requerente foi notificado nada refere relativamente à inconve- ►

niência da designação de um dos sócios para presidir a Assembleia Geral convocada. A sentença limitou-se a designar um estranho à sociedade (...) sem o mínimo de fundamentação atendível”, escreveu.

O juiz sustenta que a própria lógica da lei assenta no pressuposto de que um sócio possui maior conhecimento sobre os estatutos, contratos sociais e funcionamento da empresa, estando por isso mais preparado para conduzir uma Assembleia Geral.

Mesmo nos casos em que seja necessária a indicação de uma pessoa externa à sociedade, acrescenta, essa pessoa deve possuir conhecimentos mínimos sobre o funcionamento da empresa e sobre os instrumentos reguladores da actividade.

Júlio José Elias afirma igualmente que não lhe foram disponibilizados os documentos indispensáveis ao exercício da função. “Não foram encetadas diligências com vista à colocação à disposição do requerente dos estatutos das firmas acima indicadas, bem como dos respectivos contratos de sociedade”, refere o requerimento.

O magistrado acrescenta que todo o conhecimento que possuía sobre a Tazetta Resources e os seus sócios resultava apenas de “informações básicas e superficiais constantes da sentença” que lhe foi comunicada. “O requerente é um simples magistrado judicial e não lhe é exigível que tenha informações ou instrumentos que regulam o funcionamento de instituições privadas (...)”, observa o documento.

Na mesma exposição, o juiz sublinha que presidir a uma Assembleia Geral, seja ordinária ou extraordinária, exige conhecimento dos estatutos, dos contratos sociais e das regras internas da sociedade. “Para presidir a Assembleia Geral de uma sociedade é imprescindível que se tenha conhecimentos essenciais sobre o funcionamento da firma (...) instrumentos que o requerente não dispõe”, escreveu.

O requerimento alerta ainda para a possibilidade de dificuldades na realização da Assembleia Geral, apontando a “previsibilidade da insatisfação do requerente Vasily Trubnikov”.

O requerimento refere que Vasily Trubnikov foi co-arguido num processo tramitado por Júlio José Elias em 2025, cuja decisão motivou recurso por parte do empresário, após este considerar que o desfecho não lhe era favorável.

“A previsibilidade da insatisfação do requerente Vasily Trubnikov, pela designação de um estranho (o requerente) para presidir a Assembleia Geral da Sociedade em que é accionista, resulta no facto de o mesmo ter



sido co-arguido num processo tramitado pelo requerente no ano de 2025 cuja decisão não foi do agrado do requerente Vasily Trubnikov, facto que deu génese a um recurso. A cópia do despacho que admitiu o recurso junta-se em anexo e, depois de admitido foi remetido ao Tribunal Superior de Recurso de Nampula e ainda se aguarda pela decisão”.

Segundo Júlio José Elias, por não ter tido acesso ao processo principal, desconhecia as posições assumidas pelas partes e eventuais reacções à sua designação, circunstância que poderia comprometer a aceitação das deliberações que viessem a ser tomadas.

Carlos Martins admite desconhecer a empresa

O debate tornou-se ainda mais complexo após declarações públicas do próprio Carlos Martins.

Questionado sobre a sua ligação à Tazetta Resources, o jurista afirmou não conhecer a empresa, os seus accionistas, os seus administradores nem os detalhes do conflito societário que está na origem da disputa.

“Não sou sócio da empresa”, declarou.

Embora as declarações não coloquem em causa a sua integridade profissional, acabam por alimentar o debate em torno dos critérios utilizados para escolher a pessoa indicada para conduzir temporariamente uma das mais importantes empresas da Zambézia.

Um caso que ultrapassa os muros da empresa

À medida que os processos judiciais prosseguem, a crise da Tazetta Resources trans-

forma-se gradualmente num caso de interesse nacional.

A recusa de um juiz em conduzir uma Assembleia Geral por considerar insuficientes os elementos disponíveis, a indicação de uma gestão transitória cujo nome apontado para liderança admite não possuir

passaram os limites de uma simples disputa entre accionistas.

A Tazetta Resources é actualmente considerada uma das maiores empregadoras da província da Zambézia, com mais de mil trabalhadores directamente dependentes das suas operações mineiras em Pebane e dos

contexto em que a empresa permanece sem uma solução definitiva para o conflito societário.

Enquanto isso, o apelo de Salomão Moyana permanece no centro do debate. Para o comentador, Carlos Martins ainda tem a oportunidade de se afastar de uma controvérsia



conhecimento prévio da empresa e os atrasos salariais que afectam centenas de famílias compõem um cenário que suscita questões sobre governação corporativa, segurança jurídica e confiança dos investidores.

Empresa estratégica sob risco de paralisação

Para Salomão Moyana, as consequências da crise já ultra-

projectos de prospecção desenvolvidos na região de Macuse.

Segundo informações recolhidas pela Lupa News, os salários referentes ao mês de Junho continuam por regularizar, aumentando a ansiedade entre os trabalhadores e as suas famílias.

A incerteza também começa a afectar compromissos operacionais e financeiros anteriormente assumidos pela administração cessante, num

que ameaça prolongar-se nos tribunais e na opinião pública.

Para os mais de mil trabalhadores da Tazetta Resources, a expectativa permanece centrada numa solução rápida que permita devolver estabilidade à empresa e evitar que uma disputa societária se transforme numa crise social de maiores proporções.

Lupa News – Jornalismo ao Pormenor

Tazetta Resources Crisis Raises Questions Over Court Decisions and Transitional Management in Mozambique

Salomão Moyana Urges Carlos Martins to Decline Appointment as Court Documents Raise New Questions About the Process

A request dated 30 June, obtained by Lupa News, reveals that Judge Júlio José Elias, initially appointed to chair the General Assembly of Tazetta Resources, refused to assume the role on the grounds that he did not have access to the essential elements required for the task, including the company's statutes, corporate agreements and other regulatory instruments governing the company. In the document submitted to the Provincial Judicial Court of Zambezia, the judge raises questions regarding the grounds presented for choosing a person from outside the company, arguing that the law gives preference to the designation of one of the shareholders to chair the General Assembly. The positions expressed in the request add new elements to the debate surrounding the judicial process that resulted in the appointment of Carlos Martins, former President of the Mozambican Bar Association, to lead the transitional management of Tazetta Resources. Meanwhile, journalist and commentator Salomão Moyana believes that Carlos Martins should decline the appointment in order to avoid having his name associated with an increasingly controversial corporate dispute.

By Nelson Marqueza

The crisis at Tazetta Resources, one of the largest companies in Zambezia Province and the main operator of the Pebane heavy mineral sands project, gained a new public dimension after Salomão Moyana publicly appealed to the former President of the Mozambican Bar Association to decline the invitation to lead the company's transitional administration. The position was expressed during a television intervention on MBC, in which Moyana described as "unusual" the judicial decisions that led to the



removal of the previous management and the appointment of a new administrative structure by order of the Provincial Judicial Court of Zambezia. According to the commentator, the process originated from a request submitted by one of the company's shareholders, who sought only the convening of a General Assembly to deliberate on the election of new corporate bodies. However, according to Moyana, instead of limiting itself to assessing the request presented, Judge Celso Alexandre ordered the termination of the existing administration and appointed a transitional management committee, with Carlos Martins as the name indicated for its leadership. "Based on my opinion, Dr. Carlos Martins would not even get involved in this type of controversy," Moyana stated, warning that accepting the position could affect the reputation of a figure widely respected in Mozambican society. According to the commentator, the former President of the Bar Association has built a career of recognized merit in the legal and institutional fields, but risks seeing his name associated

with a corporate dispute whose legality and legal basis continue to generate debate. "We should not take an honorable person and place him in a controversy of this nature," he warned. Moyana was particularly critical when assessing the effects of

tion requires urgent attention from the relevant authorities. **Appeal to the Superior Council of the Judiciary** In addition to his appeal directed at Carlos Martins, the

In his view, it is necessary to determine whether the decisions taken are fully supported by law or whether they resulted from interpretations capable of affecting predictability and confidence among economic actors. The concern extends beyond



the judicial decisions. "More than one thousand people currently have their lives at a standstill," he stated, arguing that the situa-

commentator urged the Superior Council of the Judiciary to carefully examine the conduct of Judge Celso Alexandre.

Tazetta Resources. For several observers, the case is increasingly becoming a test of how courts intervene in cor- ►

porate disputes involving large private companies. The balance between protecting shareholders' rights and preserving business stability has now emerged as one of the central issues in the debate.

Judge Refused to Chair General Assembly and Raised Procedural Concerns

The concerns raised by Salomão Moyana have gained new dimensions following the analysis of judicial documents consulted by Lupa News. One of the most significant episodes involves Judge Júlio José Elias, from the Criminal Instruction Section of the Provincial Judicial Court of Zambezia, who formally refused to assume the chairmanship of the Tazetta Resources General Assembly to which he had been appointed.

In the request submitted to the court, the judge not only declined the appointment but also requested that one of the shareholders be designated to chair the General Assembly, arguing that the applicable legislation gives preference to this solution.

In the document, Júlio José Elias recalls that, according to the interpretation of Article 1486(3) of the Civil Procedure Code, when a request to convene a General Assembly is granted, the judge should designate one of the shareholders to preside over the meeting.

According to the judge, appointing a person external to the company should only occur when there are strong reasons justifying such a choice, and those grounds should be included in the judicial decision.

"The judgment from which the applicant was notified makes no reference whatsoever to the inconvenience of appointing one of the shareholders to chair the General Assembly convened. The judgment merely appointed an outsider to the company (...) without the minimum acceptable justification," he wrote.

The judge argues that the rationale behind the law is based on the assumption that a shareholder has greater knowledge of the company's statutes, corporate agreements and operations, and is therefore better positioned to conduct a General Assembly.

Even in cases where it becomes necessary to appoint an external person, he adds, that individual should have basic knowledge of the company's operations and the instruments regulating its activities.

Júlio José Elias also states that the documents essential for carrying out the role were not made available to him. "No steps were taken to provide the applicant with the companies' statutes



and their respective corporate agreements," the request states.

The judge adds that all the knowledge he had about Tazetta Resources and its shareholders came only from "basic and superficial information contained in the judgment" made available to him. "The applicant is merely a judge and cannot be expected to have information or instruments regulating the operation of private institutions (...)", the document states.

In the same submission, the judge emphasizes that chairing a General Assembly, whether ordinary or extraordinary, requires knowledge of the company's statutes, corporate agreements and internal rules. "To chair a company's General Assembly, it is essential to have basic knowledge of the company's operations (...) instruments which the applicant does not possess," he wrote.

The request also warns about possible difficulties in successfully holding the General Assembly, referring to the "predictability of dissatisfaction by applicant Vasily Trubnikov".

The request states that Vasily Trubnikov was a co-defendant in proceedings handled by Júlio José Elias in 2025, in which the decision led the businessman to file an appeal after considering that the outcome was not in his favour.

"The likelihood of dissatisfaction by the applicant Vasily Trubnikov, due to the appointment of an outsider (the applicant) to chair the General Assembly of the company in which he is a shareholder, arises from the fact that he was a co-defendant in proceedings handled by the applicant in 2025, whose decision was not favourable to the applicant Vasily Trubnikov, a circumstance that gave rise to

an appeal. A copy of the order admitting the appeal is attached, and after being admitted, the appeal was forwarded to the Nampula Court of Appeal, where a decision is still pending."

According to Júlio José Elias, because he had no access to the main case file, he was unaware of the positions taken by the parties and possible reactions to his appointment, circumstances that could compromise acceptance of any resolutions adopted at the meeting.

Carlos Martins Admits He Does Not Know the Company

The debate became even more complex following public statements by Carlos Martins himself. Asked about his connection to Tazetta Resources, the lawyer stated that he does not know the company, its shareholders, its directors, or the details of the corporate dispute

at the centre of the conflict.

"I am not a shareholder of the company," he declared.

Although these statements do not undermine his professional integrity, they have contributed to the ongoing debate regarding the criteria used to select the person appointed to temporarily lead one of the most important companies in Zambezia Province.

A Case That Goes Beyond the Company's Walls

As legal proceedings continue, the Tazetta Resources crisis is gradually becoming a matter of national interest.

The refusal by a judge to chair a General Assembly due to insufficient information, the appointment of a transitional management structure whose proposed leader acknowledges having no prior knowledge of the company, and salary delays

affecting hundreds of families together create a scenario that raises questions about corporate governance, legal certainty and investor confidence.

Strategic Company at Risk of Paralysis

For Salomão Moyana, the consequences of the crisis have already gone beyond a simple dispute between shareholders.

Tazetta Resources is currently considered one of the largest employers in Zambezia Province, with more than one thousand workers directly dependent on its mining operations in Pebane and exploration projects developed in the Macuse region.

According to information gathered by Lupa News, salaries corresponding to the month of June remain outstanding, increasing anxiety among workers and their families.

The uncertainty is also beginning to affect operational and financial commitments previously undertaken by the former administration, in a context where the company remains without a definitive solution to the corporate dispute.

Meanwhile, Salomão Moyana's appeal remains at the centre of the debate. For the commentator, Carlos Martins still has the opportunity to distance himself from a controversy that threatens to continue unfolding in the courts and in the public arena.

For the more than one thousand workers of Tazetta Resources, expectations remain focused on a swift solution capable of restoring stability to the company and preventing a corporate dispute from escalating into a broader social crisis.

Lupa News – Journalism in Detail



EDM leva Provedoria Itinerante a Nacala para **aproximar serviços dos clientes e combater irregularidades** no consumo de energia

Empresa abre espaço de diálogo com consumidores e apela à denúncia de furtos de energia e vandalização de infraestruturas eléctricas

A Electricidade de Moçambique (EDM) está a realizar, desde terça-feira, até esta quinta-feira-23 de Julho, na Cidade Portuária de Nacala, Província de Nampula, uma Provedoria Itinerante, uma iniciativa criada para aproximar a empresa dos seus clientes e consumidores, permitindo a apresentação directa de reclamações, denúncias, sugestões e elogios relacionados com o fornecimento de energia eléctrica.

A iniciativa, que já passou por outros pontos do país, incluindo o Município de Boane, na Província de Maputo, enquadra-se na estratégia da EDM de reforçar a auscultação dos consumidores, melhorar a qualidade dos serviços prestados e criar canais mais próximos de comunicação entre a empresa e a população.

Durante a abertura da actividade em Nacala, o coordenador da Provedoria do Cliente da EDM, Moisés Manjate, explicou que a iniciativa representa uma mudança de abordagem, ao retirar a empresa dos escritórios para aproximá-la directamente das comunidades. “Nós saímos do escritório para o contexto do cliente, para que ele se sinta seguro em exteriorizar aquilo que é a sua preocupação no concernente à relação existente com a EDM, concretamente o fornecimento de energia eléctrica”, afirmou.

Segundo Manjate, a Provedoria Itinerante constitui um mecanismo importante para recolher preocupações dos consumidores e permitir que a empresa tome medidas correctivas sempre que forem identificadas situações que afectam a qualidade do serviço.

“Este é um espaço aberto em que os clientes e consumidores podem apresentar as suas preocupações em forma de reclamações, denúncias, sugestões e elogios à empresa”, disse.

O responsável destacou ainda que o atendimento é gratuito e personalizado, podendo os cidadãos apresentar desde questões simples, que poderão ter resposta imediata, até casos mais complexos que exigem análise técnica e acompanhamento posterior.

“Os serviços da provedoria são grátis, não há nenhum



custo para o cliente ou para qualquer cidadão que queira aproximar”, sublinhou.

Combate ao furto de energia e vandalização de infraestruturas

Um dos principais apelos deixados pela EDM durante a actividade está relacionado com o combate ao furto de energia, ligações clandestinas e vandalização das infraestruturas eléctricas, práticas que, segundo a empresa, prejudicam a expansão da rede e afectam a qualidade do fornecimento.

Moisés Manjate explicou que os prejuízos causados por estas práticas obrigam a EDM a redireccionar recursos que poderiam ser aplicados na expansão da rede eléctrica para a reposição de equipamentos danificados.

“O que poderia ser investido para a expansão da rede pode ser reinvestido para a reposição das infraestruturas danificadas ou vandalizadas”, afirmou.

A EDM pretende alcançar o acesso universal à energia eléctrica em Moçambique até 2030, uma meta que, segundo a empresa, pode ser comprometida pela ocorrência de actos ilícitos contra o sistema eléctrico nacional.

“Se temos furto de energia e vandalizações, isso compõe um retrocesso aos objectivos que a empresa tem”, alertou.

Neste contexto, a população de Nacala foi chamada a

participar activamente, denunciando situações suspeitas através dos canais disponibilizados pela empresa, incluindo a linha gratuita 800 14545.

“Se tem um vizinho que está a furtar energia, venha denunciar. Nesse momento, estará a fazer um acto de cidadania para prevenir que hajam esses prejuízos”, apelou Manjate.

EDM rejeita cobranças ilícitas e pede denúncias com provas

Durante a interacção com a imprensa, foram levantadas preocupações sobre alegadas cobranças ilícitas envolvendo alguns funcionários ou pessoas ligadas aos serviços de energia.

Em resposta, o coordenador da Provedoria do Cliente da EDM afirmou que a empresa não tolera qualquer prática irregular e pediu que sejam apresentadas evidências para permitir

uma intervenção adequada. “A EDM não defende cobranças ilícitas. A EDM é contra cobranças ilícitas e a tolerância é zero a todos esses actos”, declarou.

Manjate apelou aos clientes para denunciarem qualquer tentativa de cobrança indevida associada aos serviços prestados pela empresa.

Município de Nacala apoia iniciativa

O Conselho Municipal de Nacala considera a Provedoria Itinerante uma oportunidade importante para aproximar os serviços públicos dos cidadãos e melhorar a relação entre a EDM e os consumidores.

Deoclesiano Mesa, quadro ligado ao Conselho Municipal de Nacala, destacou que a energia eléctrica é um serviço essencial para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. “Todos

nós queremos energia e queremos energia de qualidade. Esta provedoria promovida pela EDM é uma boa iniciativa, porque visa a aproximação dos serviços da EDM ao cliente”, afirmou.

Segundo Mesa, o espaço permite que os munícipes apresentem ideias, preocupações e sugestões com vista à melhoria da prestação dos serviços de electricidade. “A nossa qualidade de vida também depende da qualidade dos serviços que são prestados por diferentes entidades, com destaque especial à EDM e ao Governo de Moçambique”, disse.

População chamada a participar

Durante os três dias da Provedoria Itinerante em Nacala, os clientes poderão apresentar reclamações, esclarecer dúvidas, denunciar irregularidades e receber informações sobre uso racional de energia eléctrica e segurança no manuseamento da corrente eléctrica.

A EDM reforça que a colaboração dos cidadãos é fundamental para garantir a protecção das infraestruturas eléctricas e contribuir para uma rede mais segura e eficiente. Com o lema “Ajude-nos a melhorar para servi-lo com eficácia”, a empresa pretende transformar as manifestações dos clientes em instrumentos para aperfeiçoar continuamente os seus serviços em todo o país.





PRÉMIO DE JORNALISMO EDM 2026



TEMA ELEGÍVEL:
DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO: COMO A TECNOLOGIA PODE MELHORAR O SERVIÇO AO CLIENTE NA EDM

Trabalhos Publicados no Período entre 1 de Janeiro à 30 de Outubro de 2026
São também elegíveis trabalhos publicados em línguas nacionais

Categoria do Prémio

- Rádio
- Televisão
- Imprensa (Inclui o webjornalismo)
- Prémio Jovem Jornalista (Nova Categoria)
- Imagem (Fotojornalismo e Video-reportagem)

Premiação para cada Categoria
1º Classificado - 225 000 Mt
2º Classificado - 175 000 Mt
3º Classificado - 125 000 Mt

Nota: À Categoria de Imagem será atribuído o prémio apenas ao 1º classificado, o valor de:
a) 175 000 MT - Fotojornalismo;
b) 175 000 MT - Vídeo-reportagem.

Submissão dos Trabalhos de 01 Maio à 30 de Outubro de 2026

concurso.jornalismo@edm.co.mz
Local: Av. Agostinho Neto, N° 70 – 6º andar.
Electricidade de Moçambique, E.P.
Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais

CÓDIGO QR PARA O REGULAMENTO



FICHA TÉCNICA

Nome: Lupa News

Director Executivo: Nelson Marqueza

Slogan: "Jornalismo ao Pormenor"

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)

Fundação: 2016

Reg:17/GABINFO-DEPC/2016

Natureza: Jornal independente

Sede: Maputo, Moçambique | Bairro Sommerschield 2, Rua do Rio Raraga

Email: jornal@lupa-news.com

Cell: (+258) 874007740/ 846496744

Website: www.lupa-news.com

Estrutura Editorial

Director Executivo: Nelson Marqueza

Equipa Editorial: Bernardo Soares, Leddo Luís, mais Colaboradores independentes, correspondentes e repórteres convidados

Linha Editorial

Independência, rigor e credibilidade

Jornalismo investigativo e crítico

Promoção do debate público e fortalecimento da cidadania

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)



Estatuto Editorial

LUPA News é um órgão de informação independente do poder político, grupos económicos, sociais, religiosos entre outros.

LUPA News é especializado em Cultura, mas também generalista e pluralista, que respeita a ética e deontologia jornalística, os direitos e deveres da liberdade de expressão e de informação de acordo com a Lei de Imprensa e a Constituição da República, bem como as orientações definidas pela Direcção do jornal.

LUPA News é apresentado em plataformas digitais e, dependendo das necessidades, pode também ser apresentado em suporte de papel.

LUPA News serve a grandes objectivos universais a alcançar, nomeadamente Liberdade de Expressão, Democracia e Pluralismo Mediático, Cidadania, e Desenvolvimento Social e Humano.

LUPA News trata a informação com critérios de responsabilidade, isenção, criatividade sem sensacionalismo, rigor, equilíbrio, profundidade tendo sempre em conta o respeito pela pessoa humana e interesse territorial.



Energia para todos

Belane recebe energia eléctrica pela primeira vez

Projecto financiado pelo Banco Mundial reforça a expansão da electricidade no distrito de Vilankulo e aproxima Moçambique da meta de acesso universal à energia até 2030

A localidade de Belane, no distrito de Vilankulo, província de Inhambane, passou a ter acesso à energia eléctrica pela primeira vez, num marco que beneficia cerca de mil famílias e reforça os esforços do Governo e da Electricidade de Moçambique (EDM) para expandir o acesso à energia em todo o país.

A ligação foi efectuada no passado dia 19 de Julho, no âmbito da segunda fase do Programa Energia para Todos (ProEnergia), financiado pelo Banco Mundial. O projecto incluiu a montagem de 10 postos de transformação, a construção de 28 quilómetros de rede de média tensão e cerca de 14,44 quilómetros de rede de baixa tensão, criando as condições para o fornecimento regular de energia à comunidade.

A electrificação de Belane representa uma mudança significativa para uma população que aguardava há vários anos pela chegada da energia da Rede Eléctrica Nacional. Além de melhorar as condições de vida das famílias, a iniciativa deverá impulsionar actividades económicas, fa-



cilitar o acesso à informação, fortalecer os serviços públicos e criar novas oportunidades de desenvolvimento local.

Durante a cerimónia de energização, o Director da Área de Cliente da EDM em Vilankulo, Emílio Joaquim, destacou que a entrada em funcionamento do primeiro transformador em Belane materializa o compromisso da empresa de levar energia a todas as regiões do país.

"Com a segunda fase do ProEnergia, estamos a cumprir a promessa feita a esta comunidade que há muito es-

perava por este momento. Ao fornecermos energia eléctrica não estamos apenas a estender cabos e postes. Estamos a levar oportunidade, modernização e segurança a esta comunidade. Este é o verdadeiro papel da EDM", afirmou.

Segundo a EDM, a electrificação de Belane insere-se na estratégia nacional de expansão da Rede Eléctrica Nacional, visando alcançar o acesso universal à energia até 2030. Actualmente, a taxa de acesso doméstico à electricidade através da rede na-

cional situa-se em 55,2%.

Na província de Inhambane, cerca de 210 mil famílias já beneficiam de energia eléctrica. No distrito de Vilankulo, o processo de electrificação continua em curso, estando ainda por abranger dez dos catorze bairros contemplados na segunda fase do Programa Energia para Todos.

A EDM aproveitou a ocasião para apelar à colaboração das comunidades na protecção das infraestruturas eléctricas, alertando para os impactos negativos da vandalização e

do roubo de energia. A empresa considera que o combate a estas práticas é essencial para garantir a sustentabilidade dos investimentos realizados e assegurar a continuidade da expansão da rede eléctrica em benefício das populações.

Com a chegada da energia eléctrica a Belane, a comunidade abre uma nova etapa da sua história, marcada por maiores perspectivas de crescimento económico, melhoria dos serviços sociais e elevação da qualidade de vida dos seus residentes.

Publique Aqui

Xinavane sob investigação

O último minuto de Narciso Sambo

Era apontado pelas autoridades como um dos criminosos mais procurados da região. Morreu baleado numa operação policial que agora levanta dúvidas sobre o uso da força e os limites da actuação das autoridades.

Por: Lupa News

A noite que deveria terminar como mais uma operação de combate ao crime transformou-se num dos episódios mais polémicos envolvendo a actuação policial na província de Maputo. Em Xinavane, distrito da Manhica, a morte a tiros de um suposto criminoso colocou no centro do debate a eficácia das forças de segurança, mas também os limites do uso da força por parte do Estado.

O cidadão identificado como Narciso Castigo Sambo, conhecido localmente por “Macovo”, morreu durante uma operação policial desencadeada pelas autoridades, numa intervenção que tinha como objectivo localizar e deter um indivíduo apontado como suspeito de envolvimento em vários crimes.

Segundo informações avançadas pelas autoridades, Sambo era procurado por alegado envolvimento em crimes considerados graves, incluindo homicídios, raptos, roubos à mão armada e violações sexuais. A Polícia da República de Moçambique (PRM) defende que a operação fazia parte dos esforços para retirar das comunidades indivíduos considerados perigosos.

Contudo, o desfecho da operação levantou dúvidas e provocou reacções de diferentes sectores da sociedade.

Uma operação cercada de controvérsia

O episódio ocorreu numa zona de convívio em Xinavane, onde o suspeito terá sido localizado pelos agentes envolvidos na operação.

Testemunhas relatam que houve movimentação policial no local e momentos de tensão antes dos disparos. Alguns relatos indicam que o suspeito já estaria imobilizado quando foram efectuados tiros que resultaram na sua morte, uma versão que contrasta com a narrativa de uma intervenção policial em contexto de confronto.



A circulação de imagens nas redes sociais aumentou a pressão para um esclarecimento público dos factos, uma vez que parte da sociedade questiona se a utilização da força letal era necessária naquele momento.

PRM entre a defesa da operação e a promessa de esclarecimento

A Polícia da República de Moçambique reconheceu a necessidade de esclarecer todos os contornos do caso e anunciou diligências para apurar as circunstâncias exactas da ocorrência.

As autoridades defendem que a missão policial tinha como propósito garantir segurança pública e impedir a continuidade de acções criminosas atribuídas ao suspeito, mas admitem que qualquer actuação dos agentes deve obedecer aos procedimentos legais.

A investigação deverá determinar se os agentes envolvidos actuaram dentro dos limites previstos pela lei ou se houve excesso no uso da força.

A comunidade entre o alívio e a preocupação

Em Xinavane, as reacções dividem-se. Alguns residentes consideram que a morte de Sambo representa o fim de uma ameaça que, segundo dizem, provocava medo entre morado-

res. Para este grupo, a actuação policial responde à necessidade de combater indivíduos acusados de espalhar insegurança.

Outros cidadãos, porém, defendem que, independentemente das acusações existentes, qualquer suspeito deve ser levado aos tribunais para responder pelos crimes de que é acusado, evitando que a justiça seja substituída pela execução no terreno.

O desafio do equilíbrio entre segurança e direitos fundamentais

Fontes da área de segurança pública ouvidos por Lupa News defendem que o combate à cri-

iminalidade exige firmeza das autoridades, mas alertam que operações policiais devem respeitar princípios fundamentais, incluindo a necessidade, proporcionalidade e legalidade no uso da força.

Quando um suspeito morre antes de ser julgado, desaparece também a possibilidade de o sistema judicial determinar a sua culpa ou inocência, deixando para trás perguntas que apenas uma investigação independente pode responder.

Perguntas que continuam sem resposta

O caso de Xinavane deixa várias interrogações: O suspei-

to ofereceu resistência no momento da abordagem? Existia risco imediato para a vida dos agentes ou de terceiros? Foram seguidos todos os procedimentos antes do recurso à arma de fogo? Quem comandou a operação? Que responsabilidades poderão resultar da investigação?

Enquanto aguardam pelos resultados das averiguações, os moradores de Xinavane e o resto dos moçambicanos continuam a acompanhar um caso que ultrapassou as fronteiras locais e passou a simbolizar um dos maiores desafios das forças de segurança: combater o crime com eficácia, sem comprometer os princípios da justiça.





Execução extrajudicial que pode evoluir para crime de estado!

O caso de xinavane tal como visualizado em video

Por: Roberto Tibana

Não vou partilhar o vídeo que circula nas redes sociais porque as imagens são muito chocantes, de tão bárbaro que foi o acto. O acto é um crime? É sim, é crime. Mas não é um crime comum, porque os autores são agentes da autoridade em serviço. É crime porque é uma EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL, pois o cidadão assassinado estava imobilizado, e portanto não oferecia qualquer perigo para os agentes que pudesse justificar que lhe fosse torada a vida. Se, como tem sido prática, o Estado não investigar, punir e prevenir tais práticas, o episódio passa a configurar um CRIME DE ESTADO, pois a impunidade e a tolerância institucional transformam o acto individual em responsabilidade colectiva do aparelho estatal.

Sobre a reacção das autoridades

Não houve silêncio das autoridades, mas no comunicado do Comando da Polícia houve muito esforço para enquadrar o não-enquadrável e justificar o não justificável. O facto extensivamente apontado de que se tratava de um criminoso serial não justifica uma execução extrajudicial. O Comando da Polícia promete investigar. Mas isso é como alguém investigar a si próprio. A investigação daquele caso pertence à Procuradoria-Geral da República, e não carece de queixa. O encobrimento ou ausência de responsabilização irá tornar o caso um CRIME DE ESTADO, como muitos outros do género que têm acontecido em Moçambique. E isso tem consequências muito graves para o país e para as pessoas responsáveis em última instância, a começar pelo Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique.

Implicações jurídicas

A nível nacional, o acto enquadra-se como execução

extrajudicial, proibida pela Constituição e pelo Código Penal. O Ministério Público tem obrigação de abrir investigação criminal contra os agentes envolvidos. Se houver omissão ou encobrimento, o Estado viola o princípio do Estado de Direito e da protecção dos direitos fundamentais. Há lugar para processos contra o Estado por responsabilidade civil. A nível internacional, execuções extrajudiciais são condenadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Podem ser denunciadas à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em casos sistemáticos (como está sendo o caso em Moçambique, como vimos durante o esforço para abafar as manifestações de protesto contra a fraude eleitoral), podem ser considerados crimes contra a humanidade, sujeitos à jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Implicações políticas

Internamente:

O acto criminoso de Xinavane tem também um significado político. Ele enquadra-se na militarização do poder. Há demasiadas armas (maioritariamente de calibre militar) nas ruas e outros lugares públicos. Trata-se de uma presença armada massiva das autoridades que se intensificou a partir de pouco antes das últimas eleições e em preparação da fraude eleitoral e das execuções extrajudiciais e crimes de Estado que se seguiram. A execução extrajudicial em público, no passado Sábado, em Xinavane, enquadra-se, portanto, numa postura que visa aterrorizar a população. Ela tem as mesmas características com que foram executados muitos manifestantes que protestavam contra a fraude eleitoral que levou à instalação de um poder ilegítimo que agora procura manter-se à custa da força das armas. Os agentes que

realizaram o acto bárbaro de Xinavane pertencem às mesmas corporações das forças de defesa e segurança de Moçambique que se destacaram por reacções brutalmente desproporcionais com custos elevados de vidas humanas. O procedimento é tipicamente desumano: mata-se sem justificação e deixa-se o corpo abandonado no lugar. É um acto de agressão psicológica à sociedade, de amedrontamento, de dizer que a vida humana não vale nada para quem tem poder e armas. Há muitos que dizem que a vítima era um criminoso perigoso e por isso merecia o que lhe aconteceu, e que a comunidade local agora está satisfeita e sossegada. Que não se enganem. As mesmas armas que mataram aquele indivíduo extrajudicialmente são as mesmas que mataram também extrajudicialmente os que justamente, e exercendo o seu direito constitucional e pacificamente, protestavam contra a fraude eleitoral. E são as mesmas armas e agentes que virão matar da próxima vez quando a população local votar por outro partido que não seja o que está actualmente no poder. Não se enganem. Como criminoso perigoso que se diz ter sido em vida, o que aquele homem merecia era um Estado que sabe prender, julgar, e punir severamente nos termos da lei vigente. E o primeiro passo, o de prender, já estava praticamente cumprido: o homem estava dominado pelos agentes do Estado. O que não se fez foi seguir os passos subsequentes: o Estado, julgar e punir severamente. Pelo contrário, o que aconteceu foi que indivíduos abusando do poder de ter a arma na mão, ou cumprindo ordens manifestamente ilegais, executaram o homem ali, em público, abandonaram o corpo e foram-se embora. Não se pode dar licença a agentes da autoridade para matar num país em que não existe pena de morte. Não se deve dar o poder a agentes do Estado de agirem contra o que a Constituição da República manda, seja

em que circunstâncias for. Preocupa mais ainda o facto de que o acto cometido pelos agentes do Estado em Xinavane não é único. Actos semelhantes ocorrem em vários pontos do país, principalmente nas zonas de conflito armado no Norte do país, nas mais diversas circunstâncias: pescadores que se considera que entraram numa zona vedada e são considerados insurgentes e sumariamente executados; camponeses que se amotinam reclamando terras usurpadas e em resposta sujeitos a baleamentos; jovens que se amotinam reclamando emprego e logo fustigados por balas reais, etc. Em várias destas circunstâncias, pessoas têm sido mortas por agentes do Estado em manifesto uso desproporcionado e despropositado da força. A diferença é que nem todos eles são filmados e transmitidos quase ao vivo como foi neste caso. São actos que afectam a confiança da população nas forças de segurança e no sistema judicial. São actos que agravam ainda mais a perda de legitimidade das instituições. Por isso, se o acto de Xinavane não for adequadamente tratado, pode simplesmente ser mais um marco que reforça a percepção de impunidade e arbitrariedade estatal.

Externamente:

O que aconteceu em Xinavane prejudica a imagem internacional de Moçambique como Estado democrático e respeitador dos direitos humanos. Pode afectar relações diplomáticas e cooperação internacional, especialmente em áreas de segurança e desenvolvimento. Organizações internacionais podem reconsiderar as suas relações com um Estado que tolera execuções extrajudiciais ou pratica ele próprio crimes de Estado.

Um roteiro de acção institucional

Este roteiro mostra como diferentes actores deveriam responder a um caso como o de Xinavane, para evitar que uma execução extrajudicial se con-

solide como crime de Estado:

Para o Ministério Público (PGR) e Sistema Judicial (Tribunais):

* Impõe-se a abertura imediata de inquérito criminal contra os agentes envolvidos.

* Impõe-se uma autópsia independente para determinar e documentar em detalhe as circunstâncias da morte.

* Impõe-se a suspensão preventiva dos agentes até conclusão do processo.

* Impõe-se a garantia de um julgamento público e transparente do caso, com direito de defesa e acompanhamento por observadores independentes.

Para as Forças de Segurança

* Impõe-se como medida urgente a revisão e divulgação pública de protocolos de uso da força e armas de fogo pelos agentes das autoridades, e treinamento em direitos humanos.

* Impõe-se mais transparência dos mecanismos internos de fiscalização através da publicação regular dos relatórios de inspecções e auditorias.

* Impõe-se a protecção efectiva de denunciantes e testemunhas para evitar intimidação.

Ao Daniel Chapo:

A posição que ocupa e que lhe confere poderes de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança exige dele que urgentemente, instrua, e tome medidas concretas para:

1. A cessação imediata e verificável de execuções extrajudiciais em Moçambique.

2. A retirada de armas militares dos polícias que andam nas ruas, para que o poder seja exercido na base da legitimidade, e não do amedrontamento permanente da sociedade.

Dino Foi assume liderança do FNDS com **experiência empresarial e legado de reconstrução** na Beira

Novo PCA do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável leva para a instituição uma trajectória marcada pelo empreendedorismo, gestão e intervenção social após o ciclone Idai

O Conselho de Ministros nomeou, na sua 21.ª Sessão Ordinária, realizada esta terça-feira, 21 de Julho de 2026, Dino Mamudo Foi para o cargo de Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), uma instituição estratégica na implementação de programas ligados ao desenvolvimento rural, agricultura, conservação ambiental e promoção de meios de vida sustentáveis.

A nomeação de Dino Foi acontece numa fase em que o FNDS procura consolidar a sua intervenção no desenvolvimento económico e social do país, num contexto marcado pela necessidade de acelerar investimentos produtivos, fortalecer cadeias agrícolas e garantir maior impacto dos programas públicos destinados às comunidades rurais.

Natural de Inhassunge, província da Zambézia, Dino Mamudo Foi nasceu a 30 de Setembro de 1974. Mudou-se para Maputo ainda jovem, em 1985, onde prosseguiu a sua formação académica. É licenciado em Economia, possui um mestrado e dois doutoramentos, com especialização e interesses ligados à administração de empresas, empreendedorismo, gestão, pequenas empresas, telecomunicações, qualidade de serviços e análise de dados.

Ao longo da sua carreira, destacou-se no sector empresarial, liderando e participando em vários projectos privados, com experiência em gestão estratégica e criação de negócios. Foi igualmente associado a iniciativas empresariais em áreas como agricultura, consultoria financeira, tecnologia e serviços.

A marca da Beira e a reconstrução pós-Idai

Um dos elementos que pesa na trajectória de Dino Foi é a sua intervenção na cidade da Beira e na província de Sofala, sobretudo após a passagem devastadora do ci-



clone Idai, em Março de 2019.

Como presidente da Fundação de Caridade Tzu Chi Moçambique, Dino Foi esteve envolvido em programas humanitários de reconstrução, incluindo construção de habitações para famílias afectadas, apoio a escolas e iniciativas comunitárias. A organização tem desenvolvido projectos de reconstrução e apoio social em Sofala, incluindo a construção de milhares de casas e infra-estruturas educacionais.

A experiência adquirida no terreno, lidando directamente com comunidades afectadas por desastres naturais, gestão de projectos de grande dimensão, mobilização de parceiros e execução de

programas sociais, é apontada como uma das valências que poderão marcar a sua nova missão à frente do FNDS.

A sua passagem por projectos de reconstrução e desenvolvimento comunitário coloca-o perante um desafio semelhante ao que o FNDS enfrenta: transformar recursos financeiros e parcerias institucionais em resultados concretos para populações vulneráveis.

Desafio de liderar uma instituição estratégica

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável tem desempenhado um papel central na execução de programas nacionais ligados ao

desenvolvimento agrário e sustentabilidade ambiental, incluindo iniciativas de apoio aos produtores, aumento da produtividade agrícola e fortalecimento da economia rural.

A chegada de Dino Foi ocorre depois da exoneração de Cláudio Borges do cargo de PCA da instituição, decisão igualmente aprovada pelo Conselho de Ministros na mesma sessão.

Para o novo presidente do Conselho de Administração, o principal desafio será garantir maior eficiência institucional, reforçar a ligação entre investimentos públicos e comunidades beneficiárias, bem como assegurar que os programas do FNDS tenham impacto mensurável no comba-

te à pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Outras decisões da 21.ª Sessão do Conselho de Ministros

Além da nomeação de Dino Foi, o Governo apreciou e aprovou vários instrumentos legais e administrativos.

Entre as decisões aprovadas destaca-se a proposta de Lei que estabelece o Regime Jurídico do Confisco Civil, que será submetida à Assembleia da República. A legislação pretende criar mecanismos para a apreensão e perda de bens relacionados com práticas ilícitas, incluindo bens utilizados na prática de crimes, vantagens económicas resultantes dessas actividades ou valores correspondentes.

O Executivo aprovou igualmente o Decreto que estabelece as regras de acesso e exercício da actividade ferroviária, ajustando o quadro legal aos desafios de um mercado ferroviário mais liberalizado.

Na área dos transportes, foi aprovada a reestruturação da classificação dos aeroportos nacionais e a adequação da gestão do espaço aéreo nacional às normas da Convenção da Aviação Civil Internacional, uma medida que visa melhorar a conectividade, estimular a inovação e contribuir para o crescimento económico.

No sector da educação, o Conselho de Ministros aprovou a revisão do regime jurídico aplicável ao ensino privado, abrangendo instituições de educação pré-escolar, ensino geral, educação de adultos, formação vocacional e estabelecimentos com currículos estrangeiros.

O Governo autorizou ainda a criação de uma equipa técnica para negociar com a Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo uma quinta adenda ao contrato de concessão, tendo em vista a incorporação de uma nova área no Terminal Multipropósito IX – Fase B, para aumentar a capacidade de movimentação de carga.

A sessão analisou também temas como a situação dos cidadãos afectados pela xenofobia na África do Sul, o balanço das actividades do Gabinete de Reconstrução Pós-Ciclone Idai (GREPOC), o projecto hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa, o Programa Energia para Todos e o 13.º Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva.

Uma nova geração ao leme da comunicação pública



Há momentos que, pela sua simbologia, transcendem a simples substituição de quadros dirigentes. A recente nomeação de Pascoal Malate para Director de Informação da Televisão de Moçambique e, pouco depois, de Saimone Kabue para Director de Informação da Rádio Moçambique, representa um desses momentos. Mais do que mudanças administrativas, estas decisões projectam uma visão renovada sobre a liderança da comunicação social pública e sobre o lugar da juventude na construção do Estado moçambicano.

Os dois jornalistas chegam às mais altas responsabilidades editoriais das maiores empresas públicas de comunicação social do país depois

de percursos profissionais construídos no exercício diário do jornalismo. A nomeação de Pascoal Malate foi acompanhada do desafio lançado pela administração da TVM para reforçar a qualidade da informação e aproximar cada vez mais a televisão pública dos cidadãos, evidenciando a importância estratégica da função que agora assume.

Num país em que a maioria da população é constituída por jovens, a aposta em novas lideranças deixa uma mensagem que vai muito além das redacções da TVM e da Rádio Moçambique. Demonstra que o mérito, a competência, a dedicação e a capacidade de inovação podem abrir espaço para que uma nova geração participe directamente nos processos de decisão das instituições públicas. É um sinal de confiança na capacidade dos jovens de assumirem responsabilidades nacionais sem que a idade

seja vista como um obstáculo.

A comunicação social pública ocupa um lugar singular na vida do Estado. É através dela que milhões de moçambicanos acompanham as decisões das instituições, os acontecimentos nacionais e os grandes debates sobre o desenvolvimento do país. Dirigir a informação nestas duas empresas significa liderar equipas, garantir rigor editorial, promover o interesse público e preservar a credibilidade de instituições que desempenham um papel central na democracia e na coesão nacional.

Esta renovação também dialoga com uma visão que o Presidente da República, Daniel Chapo, tem vindo a defender em diferentes ocasiões: a valorização da juventude nos processos de governação e na administração pública. A confiança depositada em jovens quadros para ocuparem posições estratégicas demonstra que essa visão co-

meça a materializar-se em decisões concretas, reforçando a ideia de que o país precisa de combinar a experiência das gerações mais antigas com a energia, a criatividade e a inovação das novas gerações.

É igualmente relevante notar que Pascoal Malate e Saimone Kabue são reconhecidos entre os seus pares não apenas pelo profissionalismo, mas também pela postura de humildade e pelo respeito que conquistaram ao longo das suas carreiras. Essas características humanas são tão importantes quanto as competências técnicas para liderar equipas, gerir ambientes editoriais complexos e fortalecer a confiança do público na comunicação social pública.

Num contexto em que a informação circula à velocidade das plataformas digitais e em que a credibilidade dos meios de comunicação é constantemente colocada à prova, Moçambique ganha quando

aposta em profissionais preparados para responder aos desafios contemporâneos do jornalismo. A renovação geracional não significa ruptura com o passado; representa antes a continuidade institucional através de novos protagonistas, capazes de interpretar as exigências do presente sem perder de vista os valores do serviço público.

A chegada de uma nova geração à liderança editorial da Televisão de Moçambique e da Rádio Moçambique pode, por isso, ser vista como um marco positivo. É um convite para que mais jovens acreditem que o talento, o trabalho e a competência continuam a ser caminhos legítimos para servir o país. Quando o Estado confia na juventude, transmite uma mensagem de esperança. E quando essa confiança é depositada em profissionais preparados, ganha a comunicação pública, ganham as instituições e ganha Moçambique.

Literatura moçambicana além-fronteiras

Escritor moçambicano Sérgio Raimundo seleccionado para bolsa de criação literária em Macau

Com este projecto, Sérgio Raimundo propõe-se recuperar uma página pouco conhecida da história que ligou a China e Moçambique através de Macau, transformando esse passado num romance sobre memória, deslocação e identidade.

A literatura moçambicana volta a ganhar projecção internacional com a selecção do escritor Sérgio Raimundo para uma bolsa de criação literária em Macau, no âmbito da 3.ª Edição do Programa de Apoio a Residências Literárias do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), referente ao ano de 2026.

A notícia foi partilhada pelo próprio autor na manhã desta quarta-feira, 22 de Julho, através de uma mensagem dirigida aos seus amigos e leitores, na qual manifestou surpresa e satisfação pelo reconhecimento alcançado num concurso que classificou como “altamente competitivo”.

“Acabo de acordar, totalmente estremunhado, com a notícia de que fui seleccionado para uma bolsa de criação literária em Macau. Num concurso altamente competitivo, o meu projecto-livro foi escolhido no meio de muitas candidaturas de imensa qualidade”, escreveu.

Durante a residência literária, Sérgio Raimundo permanecerá durante alguns meses em Macau para desenvolver um romance centrado no chamado “Incidente de Coloane”, ocorrido em 1910. O episódio histórico envolveu uma operação militar portuguesa contra grupos de piratas acusados de raptar crianças na China.

Segundo o escritor, a acção resultou na deportação de cerca de 80 a 100 prisioneiros para Moçambique, concretamente para a Ilha do Ibo, no arquipélago das Quirimbas, onde cumpriram penas de trabalhos forçados. A obra em preparação acompanhará a trajetória de um descendente desses deportados, que empreende a viagem de regresso do Ibo a Macau, reconstruindo uma li-



gação histórica pouco conhecida entre os dois territórios.

Ao comentar a distinção, Raimundo evocou o poeta francês Guillaume Apollinaire, citando a frase: “Piedade para nós que trabalhamos na fronteira do ilimitado e do futuro”, numa mensagem que reflecte o entusiasmo com o novo desafio criativo.

De acordo com o documento oficial do IILP, o júri da 3.ª Edição do programa reuniu-se a 13 de Julho de 2026 para avaliar as candidaturas submetidas, tendo seleccionado quatro projectos para beneficiarem da subvenção prevista no regulamento.

Além de Sérgio Raimundo, foram igualmente contemplados Ana Bárbara Martins, de Portugal, para uma residência em São Tomé e Príncipe; Chissana Mosso Magalhães, de Cabo Verde,

para uma residência em Portugal; e Margarido Botelho, de Portugal, para uma residência na Guiné-Bissau.

A escolha de Sérgio Raimundo representa mais um reconhecimento internacional para a criação literária moçambicana e reforça a presença de autores do espaço lusófono em programas de intercâmbio cultural que promovem a circulação de escritores, ideias e narrativas entre diferentes países e territórios de língua portuguesa.

Com este projecto, o escritor propõe-se recuperar uma página pouco explorada da história comum entre Macau e Moçambique, transformando-a em matéria literária e ampliando o diálogo cultural entre duas geografias ligadas por percursos históricos que atravessam continentes e séculos.



LUPA

CARGO & MOBILITY

Soluções inteligentes de transporte e logística para particulares, empresas e organizações.

TRANSPORTE INTELIGENTE, ENTREGA GARANTIDA.

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Conforto, segurança e pontualidade em cada viagem.

ENTREGA DE ENCOMENDAS

Entregamos com rapidez, segurança e responsabilidade.

MUDANÇAS DE RESIDÊNCIA

Serviço discreto, cómodo e totalmente seguro.

TAMBÉM OFERECEMOS:

- ✓ Distribuição de mercadorias
- ✓ Logística local e empresarial
- ✓ Recolha e entrega porta a porta
- ✓ Apoio logístico para eventos
- ✓ Entrega de documentos

e muito mais!

PORQUÊ ESCOLHER A LUPA?

SEGURANÇA E PROFISSIONALISMO

ATENDIMENTO PERSONALIZADO

PONTUALIDADE E EFICIÊNCIA

SOLUÇÕES ADAPTADAS

COMPROMISSO COM A QUALIDADE

CONTACTE-NOS

+258 874007740

lupaanews@gmail.com

Maputo, Moçambique

LUPA

CARGO & MOBILITY

Transporte inteligente, entrega garantida.

SEGURANÇA
em primeiro lugar

RAPIDEZ
que faz a diferença

COBERTURA
local e nacional

CONFIANÇA
que nos move

LUPA NEWS

Gilberto Mendes homenageia Joannet “Juju” Rombe e destaca legado artístico e humano da actriz moçambicana

O actor moçambicano Gilberto Mendes prestou uma sentida homenagem à actriz, encenadora, apresentadora e produtora cultural Joannet Rombe, carinhosamente conhecida por “Juju”, por ocasião do seu aniversário, destacando uma amizade e parceria artística que atravessa mais de três décadas.

Num texto marcado pela emoção e reconhecimento, Mendes recorda os 33 anos de convivência profissional e pessoal com uma das figuras mais influentes das artes cénicas em Moçambique, sublinhando o seu percurso no teatro, na televisão, na produção cultural e na literatura infantojuvenil.

Segundo o actor, Juju acompanhou várias gerações de crianças através das histórias dos “Gungulinhos” e do “Gungulizinho”, projectos que ajudaram a promover a imaginação, a educação e os valores entre o público infantil moçambicano.

“Vi-a crescer como actriz, até se tornar uma das grandes referências do teatro moçambicano. Vi-a descobrir que também era capaz de escrever mundos onde as crianças aprendiam a sonhar”, escreve Gilberto Mendes.

Na homenagem, o actor destaca ainda a capacidade de reinvenção da artista, descrevendo-a como uma encenadora talentosa, uma apresentadora de televisão de “elegância rara” e uma profissional cuja competência se impôs pela qualidade do seu trabalho.

Contudo, o tributo vai além da dimensão artística. Gilberto Mendes destaca a forma como Joannet Rombe enfrentou um dos maiores desafios da sua vida: a luta contra o cancro.

De acordo com o actor,



a artista transformou a sua experiência pessoal numa plataforma de apoio e inspiração para outras mulheres, através da iniciativa “Renascer com a Juju”, projecto que tem contribuído para sensibilizar e apoiar mulhe-

res afectadas pela doença. A mensagem termina com votos de saúde e longevidade para a homenageada, enaltecendo não apenas o seu contributo para a cultura moçambicana, mas também o impacto humano que tem exercido junto de centenas de mulheres e famílias.

Com uma carreira construída entre o teatro, a televisão, a

produção cultural e a educação infantil, Joannet “Juju” Rombe é amplamente reconhecida como uma das personalidades mais marcantes do panorama artístico nacional, sendo também uma voz activa na promoção da saúde e da superação pessoal.

A homenagem de Gilberto Mendes surge como um testemunho da admiração e do respeito conquistados por uma artista cuja trajectória ultrapassa os limites do palco e se projecta como exemplo de resiliência, solidariedade e compromisso com a sociedade moçambicana.

